

SISTEMA DE GESTÃO E TRATAMENTO DE DENÚNCIAS

ÍNDICE

1.	FINALIDADE.....	2
2.	REFERÊNCIAS	2
3.	ABRANGÊNCIA	2
4.	CONCEITOS.....	2
4.1.	SISTEMA DE GESTÃO	2
4.2.	CANAL DE DENÚNCIAS	2
4.3.	FALA.BR – PLATAFORMA INTEGRADA DE OUVIDORIA E ACESSO À INFORMAÇÃO	2
4.4.	DENÚNCIA	2
4.5.	DENUNCIANTE	2
4.6.	DENUNCIADO.....	2
4.7.	DENÚNCIA CRÍTICA.....	3
4.8.	SINDICÂNCIA	3
4.9.	PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR.....	3
4.10.	REMEDIAÇÃO.....	3
5.	DIRETRIZES.....	3
6.	COMPETÊNCIAS.....	5
6.1.	OUVIDORIA – OIN.CA.....	5
6.2.	ASSESSORIA DE APURAÇÃO DE DENÚNCIAS – AAP.DE	5
6.3.	COMISSÃO DE ÉTICA	5
6.4.	UNIDADES ORGANIZACIONAIS DA ELETRONUCLEAR - UO	6
6.5.	DIRETORIA EXECUTIVA - DE	6
6.6.	COMITÊ DE AUDITORIA E DE RISCOS	6
7.	PROCEDIMENTOS	6
7.1.	REGISTRO DE DENÚNCIAS	6
7.2.	ANÁLISE PRELIMINAR.....	7
7.3.	APURAÇÃO DA DENÚNCIA.....	7
7.4.	CONCLUSÃO	7
7.5.	RITO PROCESSUAL – COMISSÃO DE ÉTICA.....	7
8.	DISPOSIÇÕES GERAIS	8
ANEXO 1: FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE GESTÃO E TRATAMENTO DE DENÚNCIAS		9

1. FINALIDADE

Estabelecer diretrizes e procedimentos para o sistema de gestão e tratamento de denúncias relativas à integridade, ética, à legislação ou a documento normativo da Eletronuclear.

2. REFERÊNCIAS

Norma Brasileira ABNT NBR ISO 37002 - Sistemas de gestão de denúncias - Diretrizes.

3. ABRANGÊNCIA

Esta Instrução Normativa dispõe sobre o Sistema de Gestão e Tratamento de Denúncias no âmbito da Eletronuclear.

4. CONCEITOS

4.1. Sistema de Gestão

Conjunto de elementos inter-relacionados ou interativos de uma organização para estabelecer políticas e objetivos, assim como processos para alcançar esses objetivos.

4.2. Canal de Denúncias

Ferramenta específica e oficial para recebimento e gestão centralizada de denúncias relativas à Eletronuclear. (Fonte: IN 12.03 – Ouvidoria da Eletronuclear).

4.3. Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Canal externo e independente administrado pela Controladoria-Geral da União para concentrar em plataforma única os serviços disponíveis para manifestação de cidadãos que queiram se direcionar a órgãos da administração pública, inclusive denúncias. (Fonte: IN 12.03).

4.4. Denúncia

Comunicação de prática de infração aos princípios e compromissos do Código de Conduta Ética e Integridade, ao Programa de Integridade e às normas internas e legais às quais estão submetidas a Eletronuclear. (Fonte: IN 12.03).

4.5. Denunciante

Pessoa que relata uma denúncia e tem crença razoável de que a informação é verdadeira no momento do relato.

4.6. Denunciado

Pessoa que é objeto de uma denúncia.

4.7. Denúncia Crítica

Denúncia com impacto na imagem/reputação da Eletronuclear, com impacto financeiro ou que envolvam ocupantes de cargo de confiança.

4.8. Sindicância

Procedimento administrativo visando a apuração de autoria e materialidade em atos infracionais comissivos ou omissivos praticados por colaboradores da Eletronuclear, apurando-se as responsabilidades, com a recomendação de penalidade, se for o caso, de acordo com a natureza e a gravidade das irregularidades porventura cometidas no âmbito da Eletronuclear ou no âmbito externo. (Fonte: IN 13.18 - Comissão de Sindicância e PAR).

4.9. Processo Administrativo de Responsabilização - PAR

Procedimento administrativo para apuração de responsabilidade de pessoa jurídica previsto na lei 12.846, cuja finalidade é remediar riscos de carências de cobertura contratual e apurar atos lesivos de fraude e corrupção praticados por fornecedores, pessoa jurídica nacional ou estrangeira, em face de bens, interesses e negócios da Eletronuclear. (Fonte: IN 13.18).

4.10. Remediação

Implementação de ações de tratamento para uma irregularidade ou deficiência apontada em uma apuração.

5. DIRETRIZES

5.1.1. A Eletronuclear disponibiliza, aos seus colaboradores e ao público externo, o Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, como Canal de Denúncias externo e independente.

5.1.2. Os denunciantes devem ser orientados a registrar a denúncia através do Canal de Denúncias da Eletronuclear disponibilizado na Intranet/NucWeb e website da Eletronuclear, bem como através do endereço <https://falabr.cgu.gov.br/>.

5.1.3. É assegurado total sigilo, confidencialidade e proteção institucional contra eventuais tentativas de retaliação aos denunciantes.

5.1.4. É assegurada proteção institucional aos colaboradores envolvidos em denúncias para preservar direitos e proteger a neutralidade das decisões.

5.1.5. É assegurada proteção institucional, inclusive contra eventuais tentativas de retaliação, constrangimentos e punições arbitrárias decorrentes do exercício de suas atividades e atribuições,

aos colaboradores que trabalhem na gestão e tratamento das denúncias, a fim de preservar sua independência institucional e a neutralidade das decisões.

5.1.6. É assegurado o acesso aos dados nos sistemas informatizados e aos documentos da Eletronuclear à Ouvidoria e à Assessoria de Apuração de Denúncias, a fim de preservar a independência e efetividade necessárias para o desenvolvimento de atividades de apuração de denúncias.

5.1.7. O conteúdo da denúncia deve ser tratado como simples alegação ou mera suposição até que seja efetivamente apurado.

5.1.8. Denúncias de natureza ética devem ser tratadas pela Comissão de Ética da Eletronuclear ou pela Comissão de Ética Pública, conforme sua competência legal.

5.1.9. Denúncias que envolvam membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, outros órgãos da Alta Administração, membros da Ouvidoria e da Assessoria de Apuração de Denúncias da Eletronuclear devem ser realizadas junto à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar).

5.1.10. Caso uma denúncia que envolva membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração seja registrada no Canal de Denúncias da Eletronuclear, a Ouvidoria realizará o encaminhamento para a ENBPar.

5.1.11. Caso uma denúncia que envolva membros da Diretoria Executiva ou membros da Assessoria de Apuração de Denúncias seja registrada no Canal de Denúncias da Eletronuclear, a Ouvidoria realizará o encaminhamento para a ENBPar, dando ciência ao Comitê de Auditoria e de Riscos.

5.1.12. Denúncias de natureza ética que envolvam membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e da Comissão de Ética da Eletronuclear devem ser realizadas junto à Comissão de Ética Pública – CEP.

5.1.13. Em todas as etapas da apuração devem ser considerados eventuais casos de impedimento e de suspeição, a fim de assegurar a regularidade do tratamento de denúncias.

6. COMPETÊNCIAS

6.1. Ouvidoria – OIN.CA

- 6.1.1. Realizar análise preliminar das denúncias.
- 6.1.2. Arquivar ou encaminhar a denúncia para autoridade responsável pela apuração.
- 6.1.3. Responder ao denunciante dentro do prazo legal.

6.2. Assessoria de Apuração de Denúncias – AAP.DE

- 6.2.1. Realizar o juízo de admissibilidade das denúncias encaminhadas pela Ouvidoria.
- 6.2.2. Realizar a apuração das denúncias, com exceção daquelas de natureza ética.
- 6.2.3. Recomendar o arquivamento das denúncias críticas, a instauração de sindicâncias, a instauração de processos administrativos de responsabilização (PAR) e/ou a realização de ações de remediação e/ou melhoria de processos.
- 6.2.4. Realizar o arquivamento das denúncias que não ultrapassem o juízo de admissibilidade e das denúncias não consideradas críticas cujo resultado for o arquivamento sem recomendações.

6.3. Comissão de Ética

- 6.3.1. Realizar a apuração das denúncias de natureza ética;
- 6.3.2. Apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes;
- 6.3.3. Instaurar processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado pelo Código de Conduta Ética e Integridade;
- 6.3.4. Responder consultas que lhes forem dirigidas;
- 6.3.5. Esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios éticos;
- 6.3.6. Aplicar a penalidade de censura ética e encaminhar cópia do ato à unidade de gestão de pessoal, podendo também:
 - a) sugerir a exoneração de ocupante de cargo ou função de confiança;
 - b) adotar outras medidas para evitar ou sanar desvios éticos, lavrando, se for o caso, o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional – ACPP.

6.3.7. Arquivar os processos ou remetê-los ao órgão competente quando, respectivamente, não seja comprovado o desvio ético ou configurada infração cuja apuração seja da competência de órgão distinto;

6.3.8. Notificar as partes envolvidas sobre suas decisões;

6.3.9. Submeter sugestões de aprimoramento ao código de conduta ética e/ou normativos internos.

6.4. Unidades Organizacionais da Eletronuclear - UO

6.4.1. Fornecer documentos e informações, além de permitir o acesso às instalações da Unidade Organizacional, conforme solicitado pela Ouvidoria, Assessoria de Apuração de Denúncias ou Comissão de Ética da Eletronuclear.

6.5. Diretoria Executiva - DE

6.5.1. Apoiar institucionalmente a Ouvidoria, a Assessoria de Apuração de Denúncias e a Comissão de Ética da Eletronuclear no desempenho de suas atividades.

6.5.2. Assegurar a proteção institucional aos colaboradores envolvidos em denúncias, para preservar direitos e proteger a neutralidade das decisões.

6.5.3. Prover proteção institucional, inclusive contra eventuais tentativas de retaliação, constrangimentos e punições arbitrárias decorrentes do exercício de suas atividades e atribuições, aos colaboradores que trabalhem em todas as etapas de gestão e tratamento das denúncias, a fim de preservar sua independência institucional e a neutralidade das decisões.

6.5.4. Avaliar os Relatórios de Apuração de Denúncias, com exceção daqueles referentes às denúncias não consideradas críticas e cujo resultado for o arquivamento sem recomendações.

6.6. Comitê de Auditoria e de Riscos

6.6.1. Receber e monitorar denúncias, inclusive sigilosas, de público interno e externo à Empresa, em matérias relacionadas ao escopo de atividades deste Comitê.

7. PROCEDIMENTOS

7.1. Registro de Denúncias

A denúncia deve ser registrada através da Plataforma Fala.BR (<https://falabr.cgu.gov.br/>), cujo link está disponível na Intranet/NucWeb e no website da Eletronuclear.

O relato da denúncia deve conter elementos mínimos que possibilitem a apuração, tais como: descrição dos fatos com clareza, especificando qual é a irregularidade; a área em que o fato ocorreu ou ocorre;

quem é o(a) autor(a); quando aconteceu ou há quanto tempo vem acontecendo e nomes de pessoas que eventualmente possam ajudar a esclarecer os fatos. Caso disponível, também poderão ser anexados elementos de prova.

7.2. Análise Preliminar

A Ouvidoria realiza a análise preliminar da denúncia sem realizar o juízo de valor acerca dos fatos narrados.

Caso a denúncia seja considerada apta para apuração, a Ouvidoria encaminhará o relato para a Assessoria de Apuração de Denúncias, exceto nos casos de natureza ética, em que o relato será encaminhado para a Comissão de Ética, informando ao denunciante através da Plataforma Fala.BR o encaminhado dado.

7.3. Apuração da Denúncia

Ao receber a denúncia, a Assessoria de Apuração de Denúncias realizará o juízo de admissibilidade para verificar autoria, materialidade e elementos de prova. Caso o relato ultrapasse esta análise, será realizado o planejamento da apuração que determinará o escopo e os recursos necessários.

Após esta etapa, será realizada a apuração, cujo objetivo é a verificação dos fatos narrados, que poderá incluir o levantamento e análise de documentos, apuração *"in loco"*, análise de e-mails, entrevistas, dentre outros procedimentos.

Concluída a apuração, um Relatório será emitido com os procedimentos realizados e os resultados obtidos que podem ser: procedentes, não procedentes, parcialmente procedentes ou inconclusivos.

O Relatório da apuração poderá recomendar o arquivamento, a instauração de sindicâncias, a instauração de processos administrativos de responsabilização (PAR) e/ou a realização de ações de remediação e melhoria de processos.

Os Relatórios serão encaminhados para avaliação da Diretoria Executiva, com exceção daqueles referentes às denúncias não consideradas críticas e cujo resultado for o arquivamento sem recomendações.

7.4. Conclusão

A Diretoria Executiva receberá e avaliará o Relatório de Apuração de Denúncias emitido pela Assessoria de Apuração de Denúncias.

7.5. Rito Processual – Comissão de Ética

As fases processuais no âmbito da Comissão de Ética serão as seguintes:

I - Procedimento Preliminar, compreendendo:

- a) juízo de admissibilidade;
- b) instauração;

c) provas documentais e, excepcionalmente, manifestação do investigado e realização de diligências urgentes e necessárias;

d) relatório;

e) proposta de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional - ACPP;

f) decisão preliminar determinando o arquivamento ou a conversão em Processo de Apuração Ética;

II - Processo de Apuração Ética, subdividindo-se em:

a) instauração;

b) instrução complementar, compreendendo: a realização de diligências; a manifestação do investigado e a produção de provas;

c) relatório;

d) deliberação e decisão, que declarará improcedência, sanção, recomendação a ser aplicada ou proposta de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional - ACPP.

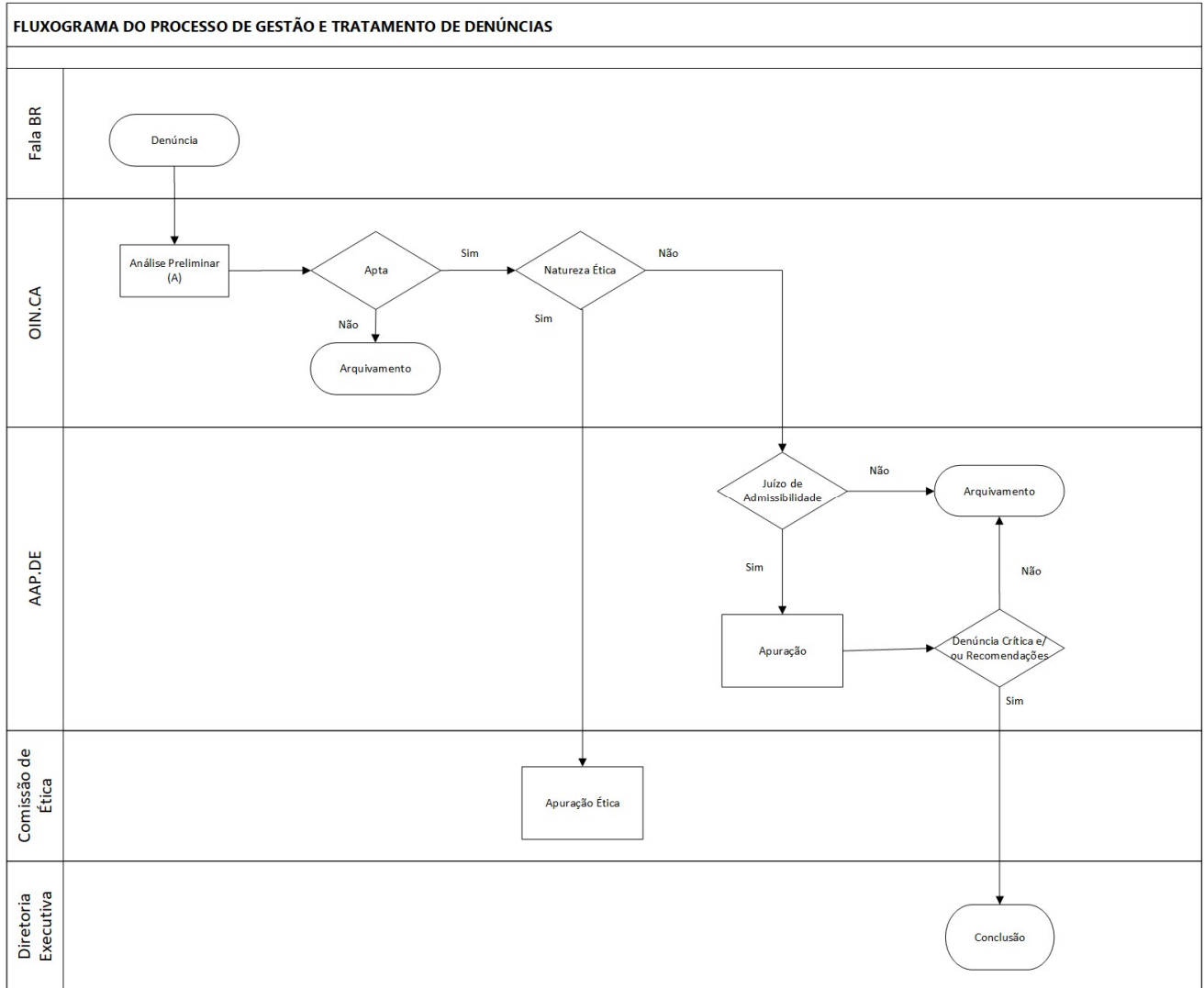
8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando necessário, a presente Instrução Normativa será atualizada para adequação às regulamentações da Companhia ou da legislação em vigor.

Os casos omissos ou conflitantes deste normativo serão analisados pelas áreas envolvidas, observando as disposições da legislação vigente.

Eduardo Grivot de Grand Court
Diretor-Presidente

ANEXO 1: FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE GESTÃO E TRATAMENTO DE DENÚNCIAS



(A) - Denúncias que envolvam membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, outros órgãos da Alta Administração, membros da Ouvidoria e da Assessoria de Apuração de Denúncias da Eletronuclear devem ser realizadas junto à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar).

Denúncias de natureza ética que envolvam membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e da Comissão de Ética da Eletronuclear devem ser apuradas pela Comissão de Ética Pública - CEP.